

Calheiros Energia S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Referentes ao Período de Seis Meses
Findo em 30 de Junho de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Calheiros Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Calheiros Energia S.A. ("Companhia"), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

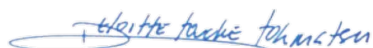
Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias referidas anteriormente não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1).

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2021



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG



Daniel de Carvalho Primo
Contador
CRC nº 1 MG 076441/O-9

CALHEIROS ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4 (a)	762	-	Fornecedores		47	210
Aplicações financeiras	4 (b)	146	778	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		13	130
Contas a receber de clientes	5	4.991	3.362	Impostos e contribuições a recolher		298	206
Impostos a recuperar		242	198	Provisão para férias e 13º salário		233	131
Despesas antecipadas		5	200	Provisões para compromissos futuros	9	247	369
Outros ativos circulantes		409	442	Dividendos a pagar	8 e 10 (c)	2.773	10.329
Total dos ativos circulantes		<u>6.555</u>	<u>4.980</u>	Outros passivos	1.2 e 14	<u>1.197</u>	<u>596</u>
				Total dos passivos circulantes		<u>4.808</u>	<u>11.971</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Impostos e contribuições diferidas	13	3	3	Provisões para riscos		-	3
Depósitos judiciais		97	94	Provisões para compromissos futuros	9	<u>731</u>	<u>1.079</u>
Imobilizado	6	57.252	58.270	Total dos passivos não circulantes		<u>731</u>	<u>1.082</u>
Intangível	7	<u>1.216</u>	<u>1.524</u>				
Total dos ativos não circulantes		<u>58.568</u>	<u>59.891</u>				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	10 (a)	33.102	33.102
				Reservas de lucros		<u>26.482</u>	<u>18.716</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>59.584</u>	<u>51.818</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>65.123</u>	<u>64.871</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>65.123</u>	<u>64.871</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CALHEIROS ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares reais - R\$, exceto o lucro por ação e quantidade de ações)

	Nota explicativa	30/06/2021	30/06/2020
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	11	14.865	13.184
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA			
Taxas setoriais		(32)	(30)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(620)	(524)
Custos com pessoal		(674)	(692)
Custos com operação		(64)	(72)
Custos com manutenção		(198)	(191)
Outros custos		(1)	(2)
Custo com meio ambiente		(6)	(5)
Custo com seguros		(201)	(53)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2	(600)	(689)
Custos com depreciação e amortização	6 e 7	(1.008)	(1.194)
		(3.404)	(3.452)
LUCRO BRUTO		11.461	9.732
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e administradores		(221)	(186)
Despesas administrativas e gerais		(28)	(26)
Outras despesas operacionais		(18)	(51)
		(267)	(263)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		11.194	9.469
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	12	(4)	(11)
Receitas financeiras	12	6	20
		2	9
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		11.196	9.478
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	13	(466)	(397)
Diferido	13	1	(20)
		(465)	(417)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		10.731	9.061
Lucro básico e diluído por ação - R\$		0,42	0,35
Quantidade média ponderada de ações		25.767.188	25.767.188

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CALHEIROS ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	10.731	9.061
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>10.731</u>	<u>9.061</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CALHEIROS ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva especial	Dividendos propostos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		33.102	4.780	7.963	-	-	45.845
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,31 por ação)	10 (c)	-	-	(7.963)	-	-	(7.963)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	9.061	9.061
Dividendos propostos (R\$0,35 por ação)	10 (d)	-	-	-	9.061	(9.061)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020		<u>33.102</u>	<u>4.780</u>	<u>-</u>	<u>9.061</u>	<u>-</u>	<u>46.943</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		33.102	5.694	13.022	-	-	51.818
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,12 por ação)	10 (c)	-	-	(2.965)	-	-	(2.965)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	10.731	10.731
Dividendos propostos (R\$0,42 por ação)	10 (d)	-	-	-	10.731	(10.731)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021		<u>33.102</u>	<u>5.694</u>	<u>10.057</u>	<u>10.731</u>	<u>-</u>	<u>59.584</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CALHEIROS ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30/06/2021	30/06/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		11.196	9.478
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Atualização financeira sobre aplicações financeiras	12	(6)	(20)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	12	1	8
Depreciação e amortização líquido das baixas	6 e 7	1.008	1.194
Amortização prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2	600	689
Constituição do ajuste MRE		(201)	(343)
Apropriação de receita diferida		242	(315)
PIS e COFINS diferidos sobre ajuste MRE		(1)	24
Provisão para riscos		(3)	(6)
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(1.629)	(862)
Impostos a recuperar		(44)	(24)
Despesas antecipadas		195	47
Outros ativos		(8)	(4)
Fornecedores		(163)	(14)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(117)	(98)
Impostos e contribuições a recolher		(256)	(238)
Provisão de férias e 13º salário		102	51
Pagamento compromissos futuros	9	(122)	(123)
Outros passivos		1	-
Caixa gerado nas operações		10.795	9.444
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(118)	(104)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		10.677	9.340
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Resgates (aplicações) em aplicações financeiras		638	(935)
Aquisição de imobilizado e intangível	6 e 7	(32)	(48)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		606	(983)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	10	(10.521)	(7.683)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(10.521)	(7.683)
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		762	674
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	762	674
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		762	674

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CALHEIROS ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Calheiros Energia S.A. (“Companhia” ou “Calheiros”) é uma subsidiária direta da PCHPAR Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 16 de agosto de 2004 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 1.250, 10º e 11º andares - Coração de Jesus - Belo Horizonte - MG.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nº 12/2000 e nº 235/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos e está localizada no Rio Itabapoana, entre os Municípios de Bom Jesus do Itabapoana, no Rio de Janeiro, e São José do Calçado, no Espírito Santo, com capacidade de licença instalada de 19,5 MW e uma linha de transmissão em 69 kV com de 31,5 km de extensão.

A contratação de energia gerada é feita pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determina que a Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS) seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contratação de toda energia gerada, obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de setembro de 2008.

Em 12 de setembro de 2008, conforme Despacho ANEEL nº 2.431, e em 25 de setembro de 2008, conforme Despacho ANEEL nº 3.534, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1 e 2, respectivamente, ambas com potência instalada de 9,5 MW, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 19,5 MW e garantia física de 10,92 MW médios. O término de sua autorização se dará em 13 de janeiro de 2030.

As informações sobre capacidade de licença instalada e em operação, energia anual assegurada e quilômetros de extensão, não foram revisadas pelos auditores independentes.

Essas informações financeiras intermediárias individuais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, divulgadas em 8 de fevereiro de 2021.

1.1. Mecanismo de Realocação de Energia - MRE

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a Eletrobrás emitiu comunicado informando os descontos referentes aos ajustes do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”) no montante de R\$229. Os valores estão sendo descontados do faturamento da Companhia em parcelas mensais (1/12 avos mensais) de janeiro a dezembro de 2021.

1.2. Repactuação do Risco Hidrológico - RRH

A Companhia aderiu à RRH nos termos da Lei nº 13.203/2015 e Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Nesta opção, o gerador do MRE transfere integralmente o risco hidrológico dos contratos regulados de venda de energia mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA) até o final desses contratos.

A partir de julho de 2020, a Eletrobrás informou à Companhia que o prêmio seria efetivado mediante desconto no primeiro pagamento do faturamento mensal das usinas da Companhia, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, aplicado o desconto do faturamento conforme inicialmente informado aos agentes do PROINFA.

Em 24 de agosto de 2020, a Companhia apresentou notificação de controvérsia à Eletrobrás, manifestando a discordância com o procedimento adotado pela empresa no que se refere ao desconto do valor do Prêmio de Risco Hidrológico ("PRH") no pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente (julho/20).

Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobrás se pronunciou sobre a notificação de controvérsia, informando que encaminhou o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, e está avaliando também a necessidade de realização de Consulta à ANEEL para que esta se pronuncie.

Em 11 de março de 2021, a Companhia apresentou manifestação acerca do pronunciamento da Eletrobras ratificando o teor as notificações de controvérsia e reiterando a solicitação quanto ao procedimento de desconto do valor do PRH.

Em 30 de junho de 2021, a companhia possui uma provisão de R\$1.196 constituída no passivo circulante na rubrica "outros passivos" em contrapartida ao resultado na rubrica "prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)". O respectivo efeito no resultado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 montou em R\$600.

2. BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.

As informações financeiras intermediárias da Companhia compreendem as informações financeiras intermediárias individuais e foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações relevantes em relação àquelas divulgadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que devem ser lidas em conjunto com essas informações financeiras intermediárias.

3. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia não realizou alterações significativas na forma e no gerenciamento de riscos em comparativo com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras anuais, individuais, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos	Total
Fornecedores	47	-	-	47
	<u>47</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>47</u>

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2021	31/12/2020
Bancos	762	-
	<u>762</u>	<u>-</u>

Aplicações financeiras

	30/06/2021	31/12/2020
Fundos de investimentos em renda fixa (i)	146	778
	<u>146</u>	<u>778</u>

- (i) Referem-se às aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil e são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 62,83% e 119,41% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia e suas controladas, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte no montante de R\$4.991 em 30 de junho de 2021 (R\$3.362 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia registra o valor a receber referente à energia contratada pelo PROINFA.

De acordo com o contrato celebrado com a ELETROBRAS os pagamentos são realizados em 3 parcelas iguais e consecutivas nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento e no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

A partir de julho de 2020, com o início do pagamento do prêmio de risco hidrológico, a Eletrobrás passou a descontar do pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente, e não como ajuste financeiro no faturamento conforme previsto no contrato PROINFA, no âmbito do MRE, permanecendo em 30 de junho de 2021, na rubrica contas a receber o valor de R\$1.096 até que a controvérsia seja dirimida com a Eletrobrás (vide nota explicativa nº 1.2).

A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base tanto nas características do PROINFA quanto em sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas, valendo destacar a neutralidade garantida à ELETROBRAS como administradora do programa.

6. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	30/06/2021	31/12/2020
Terrenos	-	1.173	-	1.173	1.173
Turbina hidráulica	2,50%	9.978	(3.154)	6.824	6.949
Conduto forçado	3,13%	413	(156)	257	263
Gerador	3,33%	8.542	(3.631)	4.911	5.054
Comporta	3,33%	2.612	(1.106)	1.506	1.549
Subestação unitária	3,57%	7.104	(3.257)	3.847	3.975
Estrutura de tensão	3,57%	3.589	(1.521)	2.068	2.132
Casa de força produção hidráulica	2,00%	35.190	(8.973)	26.217	26.556
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	9.832	(2.481)	7.351	7.448
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	5.081	(2.145)	2.936	3.027
Imobilizado em curso	-	162	-	162	144
		<u>83.676</u>	<u>(26.424)</u>	<u>57.252</u>	<u>58.270</u>

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início da operação da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

Para os móveis e utensílios e computadores e periféricos, a taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL, ao final do prazo dessa autorização que é de 30 anos, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A prorrogação das concessões e das autorizações de geração de energia hidrelétrica foi regulamentada nos termos da Lei 12.783/2013 e do Decreto 9.158/2017.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos, podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei 12.783/2013 e Decreto 9.158/2017. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Em 11 de junho de 2021 foi publicada a Lei 14.120/21, a qual dispõe que os titulares de outorga para geração de energia, com prazo de 30 anos, terão seus prazos de autorização contados a partir da declaração de operação comercial da primeira unidade geradora. O ajuste dos respectivos termos de outorga será realizado após apreciação pela Aneel do atendimento aos critérios estabelecidos na referida lei.

Em 08 de setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/20, que alterou a Lei 13.203/2015, dentre outras, para permitir a compensação aos geradores afetados por efeitos relacionados ao GSF, retroativamente a 2012, por meio da extensão do prazo de suas outorgas, limitada a 7 anos. A legislação foi regulamentada pela ANEEL por meio das Resoluções Normativas 895/2020 e 930/2021. Em 13.07.2021 foi publicada a Lei 14.182, a qual consolidou o direito a extensão também àqueles agentes que repactuaram nos termos da Resolução Normativa 684/2015. O processo de cálculo e homologação das extensões encontra-se em curso na ANEEL / CCEE.

Eventuais efeitos contábeis decorrentes desses assuntos, somente serão refletidos nas demonstrações financeiras mediante aprovação da ANEEL e dos órgãos de governança da Companhia.

A Companhia mediante seus órgãos técnicos reexaminou a sua metodologia de cálculo das taxas de depreciação utilizadas, com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCPSE, com respaldo nas autorizações concedidas, bem como no previsto na lei 13.360/2016, no Decreto 9.158/2017, Nota Técnica ANEEL 062/2018 e na Resolução Normativa ANEEL nº 859/2019, resta claro que está facultado às empresas, a prorrogação do prazo de suas outorgas por período adicional de 30 (trinta) anos, uma única vez, mediante o pagamento pelo Uso do Bem Público e recolhimento da Compensação Financeira Pelo Uso dos Recursos Hídricos.

Portanto, no caso do empreendimento da Companhia, não há, no momento atual, qualquer indício que recomende a modificação das suas práticas contábeis utilizada para depreciação dos ativos, tendo em vista que os ativos possuem vida útil superior aos prazos das outorgas, que, por sua vez, serão renovadas a partir do ano de 2028, mediante procedimentos e critérios já definidos na legislação, já devidamente regulamentados. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos das Empresas à Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE.

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

b) Movimentação do imobilizado

06/2021

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2021</u>
<u>Custo</u>			
Terrenos	1.173	-	1.173
Turbina hidráulica	9.978	-	9.978
Conduto forçado	413	-	413
Gerador	8.542	-	8.542
Comporta	2.612	-	2.612
Subestação unitária	7.104	-	7.104
Estrutura de tensão	3.589	-	3.589
Casa de força produção hidráulica	35.177	13	35.190
Reservatório, barragem, adutora	9.832	-	9.832
Outras máquinas e equipamentos	5.081	-	5.081
Imobilizado em curso	144	18	162
	<u>83.645</u>	<u>31</u>	<u>83.676</u>
 <u>(-) Depreciação</u>			
Turbina hidráulica	(3.029)	(125)	(3.154)
Conduto forçado	(150)	(6)	(156)
Gerador	(3.488)	(143)	(3.631)
Comporta	(1.063)	(43)	(1.106)
Subestação unitária	(3.129)	(128)	(3.257)
Estrutura de tensão	(1.457)	(64)	(1.521)
Casa de força produção hidráulica	(8.621)	(352)	(8.973)
Reservatório, barragem, adutora	(2.384)	(97)	(2.481)
Outras máquinas e equipamentos	(2.054)	(91)	(2.145)
	<u>(25.375)</u>	<u>(1.049)</u>	<u>(26.424)</u>
 Imobilizado líquido	<u>58.270</u>	<u>(1.018)</u>	<u>57.252</u>

06/2020

	<u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2020</u>
<u>Custo</u>			
Terrenos	993	-	993
Turbina hidráulica	10.051	-	10.051
Conduto forçado	448	-	448
Gerador	8.610	-	8.610
Comporta	2.650	-	2.650
Subestação unitária	7.104	-	7.104
Estrutura de tensão	3.600	-	3.600
Casa de força produção hidráulica	35.101	-	35.101
Reservatório, barragem, adutora	9.832	30	9.862
Outras máquinas e equipamentos	5.130	6	5.136
Imobilizado em curso	92	30	122
	<u>83.611</u>	<u>66</u>	<u>83.677</u>

	<u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2020</u>
<u>(-) Depreciação</u>			
Turbina hidráulica	(2.794)	(126)	(2.920)
Conduto forçado	(146)	(7)	(153)
Gerador	(3.222)	(144)	(3.366)
Comporta	(986)	(44)	(1.030)
Subestação unitária	(2.875)	(127)	(3.002)
Estrutura de tensão	(1.332)	(64)	(1.396)
Casa de força produção hidráulica	(7.919)	(351)	(8.270)
Reservatório, barragem, adutora	(2.189)	(96)	(2.285)
Outras máquinas e equipamentos	(1.898)	(90)	(1.988)
	<u>(23.361)</u>	<u>(1.049)</u>	<u>(24.410)</u>
 Imobilizado líquido	 <u>60.250</u>	 <u>(983)</u>	 <u>59.267</u>

7. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

	<u>Taxa de amortização</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Servidões	-	474	474
Software	20%	21	21
Medidas compensatórias	20%	1.011	1.377
Indenização de terras	-	420	404
Legalização de terras	-	311	311
Amortização acumulada		<u>(1.021)</u>	<u>(1.063)</u>
		<u>1.216</u>	<u>1.524</u>

b) Movimentação do intangível

06/2021

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/2021</u>
<u>Custo</u>				
Servidões	474	-	-	474
Software	21	-	-	21
Medidas compensatórias	1.376	-	(365)	1.011
Indenização de terras	404	16	-	420
Legalização de terras	311	-	-	311
	<u>2.586</u>	<u>16</u>	<u>(365)</u>	<u>2.237</u>
 <u>(-) Amortização</u>				
Software	(7)	(1)	-	(8)
Medidas compensatórias	<u>(1.055)</u>	<u>-</u>	<u>42</u>	<u>(1.013)</u>
	<u>(1.062)</u>	<u>(1)</u>	<u>42</u>	<u>(1.021)</u>
 Intangível líquido	 <u>1.524</u>	 <u>15</u>	 <u>(323)</u>	 <u>1.216</u>

06/2020

	<u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/2020</u>
<u>Custo</u>				
Servidões	361	-	-	361
Software	15	6	-	21
Medidas compensatórias	1.263	-	(59)	1.204
Indenização de terras	386	6	-	392
Legalização de terras	329	-	-	329
	<u>2.354</u>	<u>12</u>	<u>(59)</u>	<u>2.307</u>
 <u>(-) Amortização</u>				
Software	(4)	(6)	-	(10)
Medidas compensatórias	(781)	(143)	-	(924)
	<u>(785)</u>	<u>(145)</u>	<u>-</u>	<u>(934)</u>
 Intangível líquido	<u>1.569</u>	<u>(133)</u>	<u>(59)</u>	<u>1.373</u>

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Passivo circulante - Fornecedores</u>		
Brasil PCH S.A. (i)	3	197
 <u>Passivo circulante - Dividendos a pagar</u>		
PCH PAR - PCH Participações S.A.	2.773	10.329

(i) Refere-se a gastos com serviços comuns entre as empresas, os quais são reembolsados através de notas de débito.

As disposições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas entre as partes.

Remuneração da Administração

No ano de 2021 a remuneração da Administração foi de R\$7 (R\$7 em 30 de junho de 2020).

9. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS

		31/12/2020	Adição	Reversão	Pagamentos	Atualizações	30/06/2021
Compromissos socioambientais	(a)	-	-	-	-	-	-
Provisão para medidas compensatórias	(b)	732	-	(365)	(122)	1	246
Provisão para legalização de terras	(c)	311	-	-	-	-	311
Provisão para indenizações de terras	(d)	405	16	-	-	-	421
		<u>1.448</u>	<u>16</u>	<u>(365)</u>	<u>(122)</u>	<u>1</u>	<u>978</u>
Passivo circulante		369					247
Passivo não circulante		1.079					731

- (a) Provisão para compromissos socioambientais - quando da implantação das PCHs, foi enviado para os órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PACUERA"), que prevê área total a ser reflorestada pela Companhia. Para cumprir as exigências do PACUERA, a Companhia precisa ainda adquirir, aproximadamente, 65,40 hectares de terras. Adicionalmente, a Companhia ainda precisa realizar o reflorestamento em, aproximadamente, 65,40 hectares. O PACUERA ainda está em processo de aprovação por parte do agente licenciador competente.
- (b) Provisão para medidas compensatórias - a licença de operação da Companhia foi obtida junto ao IBAMA em 26 de junho de 2013, com prazo de 05 anos, sendo posteriormente prorrogada por prazo indeterminado, até a conclusão da análise do processo de renovação pelo Órgão Ambiental. Para obtenção da licença de operação, é necessária a realização de programas ambientais, tais como, programa de educação ambiental, monitoramento de fauna, proteção e manutenção de área de preservação, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros.
- (c) Provisão para legalização de terras - a Companhia possui contratos particulares de compra e venda de imóveis próprios e de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de propriedade definitiva e de averbação, no Registro Geral Imóveis ainda precisam ser regularizadas.
- (d) Provisão para indenização de terras - para realizar a construção da PCH, foi necessário a aquisição por parte da Companhia de terras e servidões. No entanto, existem casos em que as partes envolvidas não chegaram à uma conciliação e, por isso, entraram em discussão judicial.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado é de R\$33.102 e está representado por 25.767.188 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pertencentes em sua totalidade à PCHPAR - PCH Participações S.A.

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social.

c) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Em 18 de fevereiro de 2021 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/AGE) a totalidade dos dividendos propostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Dividendos a pagar

	<u>Valor</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	17.462
Dividendos distribuídos	7.963
Dividendos pagos	<u>(7.683)</u>
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>17.742</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.329
Dividendos distribuídos	2.965
Dividendos pagos	<u>(10.521)</u>
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>2.773</u>

d) Proposição de dividendos

A Companhia realizou a proposição de dividendos intermediários no montante de R\$10.731 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2021 (R\$9.061 em 30 de junho de 2020), a ser aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE).

11. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	<u>15.470</u>	<u>13.025</u>
Ajustes:		
Ajuste de Tarifa de Energia de Otimização (TEO)	(54)	658
Recontabilização + Consumo Interno	<u>13</u>	<u>-</u>
	<u>15.429</u>	<u>13.683</u>
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS corrente	(565)	(475)
PIS e COFINS diferido	<u>1</u>	<u>(24)</u>
	<u>(564)</u>	<u>(499)</u>
Receita líquida de vendas	<u>14.865</u>	<u>13.184</u>

12. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Despesas financeiras:		
Atualização financeira sobre compromissos futuros	(1)	(8)
Outras despesas financeiras	<u>(3)</u>	<u>(3)</u>
	<u>(4)</u>	<u>(11)</u>

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras em renda fixa	<u>6</u>	<u>20</u>
	6	20
Total líquido	<u>2</u>	<u>9</u>

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>30/06/2021</u>		<u>30/06/2020</u>	
	<u>IRPJ (*)</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ (*)</u>	<u>CSLL</u>
Receita corrente	15.470	15.470	13.025	13.025
Receita diferida	(41)	(41)	658	658
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	6	6	19	19
Outras receitas financeiras	-	-	1	1
Base de cálculo	<u>1.240</u>	<u>1.857</u>	<u>1.115</u>	<u>1.662</u>
Alíquota nominal	<u>25%</u>	<u>9%</u>	<u>25%</u>	<u>9%</u>
Imposto sobre o resultado	310	167	279	150
Diferença de alíquota (*)	(12)	-	(12)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>298</u>	<u>167</u>	<u>267</u>	<u>150</u>
Correntes	(299)	(167)	(254)	(143)
Diferidos	1	-	(13)	(7)

(*) Até o limite de R\$240 a alíquota do IR é de 15%.

Ativo fiscal diferido

O ativo fiscal diferido da Companhia é composto como segue:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
PIS/COFINS diferidos	2	2
IRPJ/CSLL diferidos	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>3</u>	<u>3</u>

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças temporárias entre a energia gerada e efetivamente faturada. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando as alíquotas com base no lucro presumido.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	30/06/2021	31/12/2020
<u>Ativos financeiros</u>		
Mensurados ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	762	-
Aplicações financeiras	146	778
Contas a receber	4.991	3.362
Depósitos judiciais	97	94
Outras ativos circulantes	7	-
<u>Passivos financeiros</u>		
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:		
Fornecedores	47	210
Outros passivos circulantes	1	-

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às do balanço.

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do período, a Administração estimou o cenário I de variação das taxas de juros CDI (6,75%) de acordo com a data de vencimento de cada operação. Tal taxa foi estressada em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários II e III, respectivamente.

Operação	Exposição 30/06/2021	Risco	Impacto	Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Aplicação financeira	146	Diminuição do CDI	Resultado	10	7	5

15. COBERTURA DE SEGURO

Seguro de responsabilidade civil

Em 28 de abril de 2021, a Companhia contratou cobertura de seguro no valor de R\$5.245 para indenizações por danos civis, com vigência até 28 de abril de 2022, decorrentes de sentença judicial transitada em julgado ou de acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de operação

Em 27 de junho de 2021, com vigência até 27 de junho de 2022, a Companhia renovou a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$158.129, lucros cessantes no montante de R\$36.893, linha transmissão - R\$11.664 e Barragens - R\$8.670.

16. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Constituição da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e intangível	-	36
Aumento de indenização de terras em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado	16	-
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e intangível	365	59
Reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado	1	6

17. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 12 de agosto de 2021.

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz
Diretor

Rodrigo Caldas de Toledo Aguiar
Diretor

Contador

Rafael Lopes Carvalhais
CRC MG 110.880/O-2